

Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0014/2022
Nome da Fiscalização:	AF nos SAA e SES de Acopiara
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0018/2022

1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D9 (RF/CSB/018/2022)
Constatações:	<p>-A análise quantitativa dos laudos físico-químicos e bacteriológicos da CAGECE produzidos pelo Laboratório Regional da UN-BAJ, provenientes de amostras coletadas na rede de distribuição do SAA de Acopiara, no período de out/2021 a mar/2022, demonstra que a CAGECE não está atendendo o plano de amostragem mínimo exigido pela Portaria GM/MS nº 888/2021:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Cor aparente - Número de amostras abaixo do mínimo exigido no mês de março/2022; > Turbidez - Número de amostras abaixo do mínimo exigido nos meses de janeiro a março/2022; > CRL e Bacteriológicas - Número de amostras abaixo do mínimo exigido nos meses de fevereiro e março/2022.
Orientação:	A CAGECE deve desenvolver o controle a qualidade de água, bruta e tratada, de acordo com o disposto na legislação, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C9.
Prazo (dias):	30
Fundamento Legal:	<p>Art. 5º da Res. nº 122/2009 da ARCE - Em relação aos mananciais, o PRESTADOR DE SERVIÇOS está obrigado a:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - tomar todas as medidas necessárias para monitoramento da qualidade da água bruta fornecida às estações de tratamento, proveniente dos mananciais abastecedores, certificando-se de que o tratamento esteja compatível com as características da água bruta, independente das variações sazonais e das alterações ambientais, exceto as provocadas por motivos de caso fortuito ou força maior; II - no caso de captação de água subterrânea, obedecer o programa de avaliação e manejo das fontes de água do órgão gestor de recursos hídricos, bem como de controle e prevenção de sua contaminação, abrangendo aspectos quantitativos e qualitativos das fontes; III - comunicar de imediato, à Agência Reguladora e às autoridades competentes sanitárias, ambientais e de gestão de recursos hídricos, acidentes de

Constatações:

Fundamento Legal:	<p>contaminação que afetem a água bruta fornecida às estações de tratamento, identificando as medidas necessárias e adotando aquelas de sua responsabilidade, para detectar e impedir que o agente contaminante e/ou a água contaminada ingresse nas Estações de Tratamento.</p> <p>§ 1o - Quando houver resolução específica sobre procedimentos em caso de acidentes de contaminação de que trata o inciso III, O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá observar o que a mesma dispuser.</p> <p>§ 2o - Onde estiverem implantados a outorga, o licenciamento e a cobrança pelo uso da água, o PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá se assegurar do cumprimento do disposto neste artigo pelas autoridades indicadas no inciso III, cabendo-lhe, no mínimo:</p> <p>I - restringir a acessibilidade às áreas das instalações da captação, de responsabilidade do PRESTADOR DE SERVIÇOS, inclusive com implantação de sinalização, a fim de evitar a presença de pessoas não autorizadas e animais;</p> <p>II - interagir institucionalmente com a finalidade de evitar o uso e a ocupação ilegal das margens dos mananciais supridores.</p> <p>-</p> <p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>-</p> <p>Art. 4º da Res. nº 122/2009 da ARCE - O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá desenvolver Programas de Monitoramento da Qualidade da Água Bruta e da Água Tratada, nos termos da legislação vigente do Ministério da Saúde.</p> <p>§ 1º - Os Programas de Monitoramento devem ser atualizados pelo menos a cada 12 (doze) meses.</p> <p>§ 2º - O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá dar publicidade ao nível de qualidade da água distribuída à população, nos termos do decreto 5.440/2005 ou legislação substituta.</p>
Infrações:	06.02 - Controle da qualidade da água - Não desenvolver o controle da qualidade da água, bruta e tratada, de acordo com o disposto na legislação.

4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da CSB.

5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Alceu de Castro Galvão Junior		
Cargo/Função:	Analista de Regulação	Matricula:	047-1-5
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 23/06/2022	Assinatura:
Recebido em: __/__/____	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____